



v.1, n.4, 2024 - Agosto

Revista Multidisciplinar

**A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NAS
EMPRESAS DE TRIBUTAÇÕES DO SIMPLES NACIONAL**

Andréa Oliveira Rodrigues de Assis



Fonte: <https://asisprojetos.com.br/spednews/novos-sublimites-do-simples-nacional/>

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NAS EMPRESAS DE TRIBUTAÇÕES DO SIMPLES NACIONAL

Andréa Oliveira Rodrigues de Assis¹

Revista o Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.13308545
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13308545)

20 de dezembro de 2012

¹Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade UNICEPLAC (Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos), formada em dezembro 2012. Especialista em Finanças, Consultoria e Auditoria pela Faculdade de Educação, Tecnologia e administração (FETAC), com formação continuada concluída em 2016. MBA Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira finalizado em abril de 2020.

E-mail: andrea.assis@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito mostrar aos usuários das informações, a importância das demonstrações contábeis, elaboradas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, trazendo benefício de forma a contribuir para o crescimento, através das decisões tomadas, auxiliando na gestão e no desempenho das entidades. As microempresas e Empresas de pequeno Porte com tributação no Simples Nacional têm por obrigação escriturar seus fatos contábeis, através das ocorrências diárias conforme o princípio da competência, onde oferecerão informações sobre a posição financeira. As microempresa e empresas de pequeno porte, muitas vezes produzem as demonstrações contábeis apenas para uso dos proprietários-administradores ou para uso de autoridades fiscais, se esquecendo de que a falta da mesma, pode fazer causar resultados negativo para gestão da empresa. Sabe-se, por fim, que as informações geradas pela empresa podem determinar o trajeto das entidades, sendo, por isto, de extrema importância para as mesmas. Possibilitando conhecimento de forma geral, tanto na área financeira e econômica.

Palavras-chave: Demonstrações contábeis, Resultados, Microempresa e Empresa de pequeno porte.

ABSTRACT

This paper aims to show users the information, the importance of the financial statements, prepared by micro and small businesses, bringing benefit to contribute to growth, through decisions, assisting in the management and performance of entities. Microenterprises and small businesses with taxation in the Single National are obliged to notarize their accounting facts, through everyday occurrences as the principle of competence, which will provide information on the financial position. The micro and small businesses, often produce financial statements only for use of owner-managers or use of tax authorities, forgetting that the lack of it, can cause negative results to management. It is, finally, that the information generated by the company can determine the path of the entities, and, therefore, of utmost importance to them. Enabling knowledge in general, both in the financial and economic.

Keywords: Financial Statements, Results, Microenterprise and Small Business.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco principal abordar a importância que a elaboração das demonstrações contábeis trás de benefícios para a empresa de forma com que os usuários da informação tomem decisões que tragam consequências positivas para a mesma.

As demonstrações contábeis evidenciam as informações para o processo de tomada de decisão, apresentando como instrumento de gestão, fornecendo as informações necessárias e auxiliando no crescimento da entidade para que não só os usuários externos, mas sim, os internos como: Sócio administrador, diretores, funcionários e entre outros. Todas demonstrações contábeis ao serem elaboradas é necessário que elas estejam em conformidade com os princípios contábeis e NBC-T Normas Brasileiras de contabilidade, como o trabalho trata-se das Microempresas - (ME) e Empresa de Pequeno porte - (EPP) com tributação no Simples Nacional é importante ressaltar que as demonstrações elas devem estar de acordo é com o CPC - PME que é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis das Pequenas e Médias Empresas.

E como base para auxiliar no modelo, estrutura e métodos na elaboração das demonstrações contábeis é indispensável que as entidades deixem de se oriente pela ITG 1000 - Modelo Contábil Simplificado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois ela estabelece critérios de maneira clara e objetiva nos procedimentos específico que são relevantes para uma informação fidedigna em que se devem se proceder no momento em que estiverem sendo elaboradas.

De acordo com a Lei complementar nº123/06 alterada pela Lei nº 139/11 das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional são obrigadas a elaborar as principais demonstrações contábeis, sendo elas: O Balanço Patrimonial - BP e Demonstrações do Resultado do Exercício - DRE, sendo facultativa a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e as Notas Explicativas.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Este trabalho tem como um ponto de partida, o estudo de caso realizado na empresa PORQUINHO GÁS LTDA, com sede na Rua 05 Quadra 24 Lote 01 Casa 02 - Morada Nobre - Valparaíso de Goiás, inscrito no CNPJ com o nº 12.872.449/0001-29 com

início de suas atividades em 26 de Outubro de 2010. Foram acompanhados os problemas pertinentes às elaborações das escriturações contábeis, que surgiram à concepção de solucionar a controversas encontradas na área administrativa por não terem base sólida suficiente para tomarem decisões favoráveis para os crescimentos da empresa, por não terem demonstrações contábeis fidedignas e tempestivas, surgindo causas de desconforto tanto na área financeira e administrativa da empresa. A empresa acima citada estava com suas escriturações contábeis de forma incompreensíveis e irrelevantes para que o Administrador da empresa pudesse tomar decisões com que viesse colaborar no resultado positivo da entidade.

O PORQUINHO GÁS é uma empresa de comércio varejista de gás, com tributação no Simples Nacional enquadrada como Microempresa por ter seu faturamento anual em média de R\$ 187.670,00 (Cento e oitenta e sete mil e seiscentos e setenta reais). Através do estudo de caso, pude verificar que a informação que contava nas demonstrações contábeis muitas das vezes deixa de ser íntegra por não evidenciar dados completos dentro dos limites da materialidade e custo, sendo que uma omissão pode tornar a informação falsa ou torná-la enganosa.

A pesquisa feita mostra a importância que se tem as Demonstrações Contábeis dentro de uma empresa, sendo elas eficazes para o crescimento da entidade, pois é através dela que se tomam as decisões relacionadas à gestão e o desempenho da empresa.

As demonstrações contábeis de forma geral ela contribui para o crescimento da empresa, já analisou se uma entidade não registrasse as ocorrências dos fatos contábeis do seu dia-a-dia, como ela iria saber se está dando lucro ou prejuízo? Ou até mesmo, como iria saber onde precisaria reduzir as suas despesas, quanto tem no seu disponível para investir em algo que produziria um benefício econômico futuro para a entidade? Sendo assim, as demonstrações contábeis são relevantes para as necessidades de decisão dos usuários.

1.2 OBJETIVO GERAL

Identificar a importância que traz para os microempresários e as empresas de pequeno porte ao elaborar suas demonstrações contábeis de forma que sejam relevantes e fidedignas para as tomadas de decisões.

1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ▶ Conscientizar os microempreendedores e as empresas de pequeno porte os resultados que podem trazer para empresa que elaborarem de forma íntegra e tempestiva as suas demonstrações contábeis.
- ▶ Estimular os administradores ou proprietários o hábito de registrar os fatos contábeis em tempo hábil para que as informações sejam relevantes.
- ▶ Modernizar os obsoletos rascunhos de anotação da ocorrência do dia-a-dia para um programa de computar ou registrar no livro caixa, de maneira com que fique mais organizado e compreensível.
- ▶ Mostrar a diferença de uma gestão que mantém suas demonstrações de forma íntegra e confiável para outra que só faz por que são obrigadas a fazerem.
- ▶ Facilitar o entendimento dos usuários que tomam decisões na empresa, com auxílio das demonstrações contábeis, até compreenderem que as mesmas servem para o crescimento da entidade, mas se mantiverem de forma organizada e compreensível suas escriturações contábeis.

1.3 JUSTIFICATIVA

É de suma importância registrar todos os fatos contábeis ocorrido durante o exercício da empresa, tendo como base o livro caixa, de onde são transportadas as informações do mesmo para elaboração das demonstrações contábeis, pois é através delas que os usuários das informações têm como base, para os procedimentos e as decisões que irão tomar para uma eficiência no desenvolvimento da empresa, e é pelas demonstrações contábeis que se sabem como anda sua posição financeira e o seu desempenho.

As microempresas e empresas de pequeno porte não têm tantas obrigações perante o governo como as sociedades anônimas, à vista disso não existe a figura dos acionistas, sendo uma administração mais restrita, por produzirem informações apenas para uso de proprietários-administradores, empregados, fornecedores e entre outros que necessitem das

informações, pois não têm obrigações públicas de apresentações de contas, como sociedades anônimas.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia configura-se como sendo a estrutura utilizada para alcançar as metas de uma pesquisa, que ajuda a quem utilize na busca de conhecimento, levando a pesquisa a ter um entendimento racional. Para Nagel (1989, pag. 132): “Método é um conjunto de normas padrão que devem ser satisfeitas, caso se deseje que a pesquisa seja tida por adequadamente conduzida e capaz de levar a conclusões merecedoras de adesão racional”. O estudo realiza-se por meio de pesquisa bibliográfica tendo como objetivo encontrar respostas ao problema formulado e por meio de obtenção de dados para a realização de um estudo de caso em uma empresa comercio varejista de gás.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As microempresas e empresa de pequeno porte são sociedades empresárias, sociedades simples, empresas individuais de responsabilidade limitada, devidamente registrada no Registro de Empresa Mercantil ou no Registro Civil de Pessoa Jurídica. De acordo com a lei de nº 123/06 art. 3 as microempresas têm que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Já as empresas de pequeno porte, tem que auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), tendo obrigatoriedade na elaboração de suas demonstrações contábeis.

O simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação de tributos, cobrança e fiscalização aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, abrangendo a participações de todos os entes federais, sendo eles: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Tem como base uma das suas características, a opção de ser facultativa, ou seja, as microempresas e empresas de pequeno porte não são obrigadas a se enquadrarem no Simples Nacional.

As Demonstrações contábeis são preparadas para um determinado fim, realizando a necessidade comum da maioria dos seus usuários, sendo eles investidores, empregados, credores por empréstimos, fornecedores, clientes, governo e suas agencias e a sociedade em geral. Todos os usuários utilizam essas demonstrações para a tomada de

decisões ou para um determinado fim de seu interesse. Todas as demonstrações contábeis elas necessitam que suas informações tenham características qualitativas e quantitativas para que elas se tornem úteis, existem várias características qualitativas, mas dentre elas existem quatro principais, que são: Compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. Compreensibilidade é uma característica inerente às demonstrações contábeis, pois precisam ser claras e fáceis de entender, pois os usuários necessitam de informações e nem todos dominam à área contábil. Relevância para que ela seja útil, as demonstrações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar nas decisões econômicas.

Confiabilidade é de extrema importância, pois as informações que serão divulgadas elas precisam ser confiáveis, ou seja, deve está livre de erros ou fraudes, apresentando adequadamente que se propõe a representar, não devendo ter distorções de sua natureza. Comparabilidade é o ato de comparar com as demais demonstrações contábeis, até mesmo de outras entidades, pois com isso, identifica as tendências na posição patrimonial e financeira. É importante que as demonstrações apresentem as correspondentes informações do período anterior, assim faz com que haja comparações dos resultados posteriores, se a empresa está crescendo ou tendendo a falir.

É necessário que as demonstrações contábeis, sejam completas, dentro do limite de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida, não confiável e deficiente em termos de relevância. De acordo com a Resolução CFC 1.1.115/07 – NBC T 19.13 as microempresas tem obrigatoriedade na elaboração das demonstrações contábeis sendo elas exigidas por lei o Balanço Patrimonial – BP, e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Conforme o art. 26 do Código Civil as microempresas e empresas de pequeno porte optante pelo simples nacional ficam obrigados a manter o livro caixa. O livro diário é obrigatório também exigido pela legislação civil e o livro razão pela legislação comercial, com a finalidade de demonstrar a movimentação analítica de cada conta escriturada no livro diário e constate do balanço.

2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

E as microempresas enquadradas na tributação do Simples Nacional de acordo com a NBC T 3.1, NBC T 3.2 e NBC T 3.3 devem apresentar o Balanço Patrimonial como exigência do Inciso I do art. 31. O Balanço Patrimonial é a demonstração financeira (contábil) destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da empresa. O Balanço Patrimonial deve compreender todos os bens e direitos, tanto tangíveis (materiais) como intangíveis (imaterial), as obrigações e o Patrimônio Líquido da empresa, levantados a partir dos resultados contábeis no seu livro Razão.

O Balanço Patrimonial deve ser estruturado observando-se a disciplina contida nos artigos 178 a 184 da Lei nº 6.404/1976. O caput do artigo 178 da Lei nº 6.404/1976 estabelece que, no Balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira e econômica. É composto por duas partes: Ativo e Passivo. Tradicionalmente, é apresentado em um gráfico em forma de T. Como o T tem dois lados, ficou convencionado que o lado esquerdo é o lado do Ativo e que o lado direito é o lado do passivo.

Portanto, ao olhar para um Balanço Patrimonial representado no gráfico em forma de T, o lado direito (lado do passivo, composto por obrigações e Patrimônio Líquido) revela a origem de recursos (capitais) totais que a empresa tem a sua disposição e que estão aplicados no patrimônio. As obrigações representam os recursos derivados de terceiros (capitais de terceiros), enquanto o Patrimônio Líquido mostra a origem dos recursos derivados dos proprietários (capitais próprios). O ativo revela a aplicação desses recursos (capitais) totais, isto é, mostra onde a empresa investiu todo o capital (próprio e de terceiros) que tem a sua disposição.

2.1.1 ATIVO

São os recursos controlados por uma entidade dos quais se esperam benefícios econômicos futuros, as contas representativas dos bens e dos direitos serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, em dos grandes grupos: Ativo Circulante e Ativo não Circulante. Grau de Liquidez: é o maior ou menor prazo nos quais bens e direitos podem ser transformados em dinheiro.

Ativo Circulante

É composto pelos bens e pelos direitos em que estão em frequente circulação no Patrimônio onde esperar realizar o ativo no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis. É o capital de giro da empresa. Basicamente, são valores já realizados (transformados em dinheiro) ou cuja realização em dinheiro deva ocorrer até o término do exercício social subsequente. São, portanto valores numéricos (dinheiro em caixa ou em banco), bens destinados a venda ou a consumo próprio, despesas pagas antecipadamente com vencimentos fixados em até 12 meses, bem como direitos cujos vencimentos também ocorram dentro deste período.

Convém ressaltar que entre os valores realizáveis do ativo circulante, alguns não serão convertidos diretamente em dinheiro, como ocorre com os tributos que a empresa recolhe antecipadamente e cuja realização se dá pela compensação com obrigações fiscais que a empresa tem para pagar aos Governos Municipais, Estaduais e Federais; com os materiais cuja realização se dá pelo consumo que caracteriza a ocorrência de despesas, bem como com as despesas pagas antecipadamente, cuja realização também se dá pela caracterização das respectivas despesas, conforme forem transcorrendo os prazos de competência. A Lei nº 6.404/76 estabelece que no Ativo Circulante devam constar as Disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social seguinte e as aplicações de recursos em Despesas do exercício seguinte.

Os bens e os direitos que representam os recursos aplicados nas disponibilidades dão as importâncias em dinheiro que estão no caixa ou que estão depositadas em nome da empresa, em estabelecimentos bancários, seja em contas correntes, seja em contas de aplicação que possam ser convertidas em dinheiro a qualquer momento. As contas classificadas neste subgrupo são as que possuem o maior grau de liquidez entre as demais contas do ativo.

Crédito com Clientes compreendem os direitos a receber de terceiros, decorrentes de vendas de mercadorias ou de prestação de serviços realizados a prazo. Incluem-se, também, neste subgrupo os direitos a receber das administradoras de cartões de crédito, que correspondem aos valores também decorrentes das vendas de mercadorias ou da prestação de serviços efetuados á vista ou a prazo, nos casos em que os clientes pagam suas compras por meio de cartões de crédito. **Outros créditos** compreendem os demais direitos que a empresa tem para receber de terceiros e que não correspondam a direitos de vendas a prazo de mercadorias ou de serviços.

Tributos a recuperar compreendem os direitos que a empresa tem com os Governos Municipal, Estadual e Federal. Esses direitos decorrem de impostos, taxas ou contribuições recolhidas antecipada ou indevidamente ou que, por força da Legislação, gerem para a empresa direitos de compensação em até 12 meses. Perdas estimadas em crédito de liquidação **duvidosa** são estimativas de perdas em contas a receber, valor que representa a incerteza nos recebimentos dos valores. Investimentos temporários a curto prazo compreendem as aplicações de dinheiro em títulos e valores mobiliários, representativos ou não do capital de outras empresas. Trata-se de investimentos efetuados com caráter especulativo e que serão convertidos em dinheiro mediante venda ou resgate, em até 12 meses.

Estoques compreendem os bens destinados à produção (matéria-prima; materiais secundários etc.) à prestação de serviços (materiais diversos), à venda (mercadorias ou produtos) ou ao consumo (materiais de limpeza, embalagem e etc.) Os estoques de mercadorias e de produtos acabados serão transformados em dinheiro quando vendidos à vista; os estoques de materiais destinados ao processo produtivo serão transformados em custos quando incorporados aos produtos em fabricação; os estoques de materiais destinados à prestação de serviços serão convertidos em custos por ocasião de suas aplicações na prestação dos serviços, e os estoques de materiais de consumo serão transformados em despesas quando consumido.

Despesas pagas antecipadamente compreendem as despesas do exercício seguinte, pagas no exercício atual, sendo aplicações de recursos que geralmente representa uma parcela não muito significativa, em comparação com os demais ativos. Esse ativo representam pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços à empresa ocorrerão em momento posterior.

Ativo não circulante

O ativo não circulante, segundo estabelece a Lei nº 6.404/76 é dividido em Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimento, Imobilizado e Intangível. Ativo Realizável a Longo Prazo este grupo é oposto do Ativo Circulante. Enquanto no Ativo Circulante são classificadas as contas representativas dos recursos aplicados em bens e direitos que estão frequentemente em circulação no patrimônio da empresa, isto é, que giram no prazo inferior a 12 meses, no ativo realizável a longo prazo são classificadas as contas representativas dos recursos

aplicados em bens e direitos que circularão somente após o termino do exercício social seguinte.

Dividendos a receber: esta conta destina-se a registrar dividendo que a empresa tem direito, em função de participações em outras empresas, quando tais empresas já tenha registrado no passivo a parcela de dividendos a distribuir. É importante salientar que neste grupo do Ativo, com exceção das Disponibilidades, poderão figurar todas as demais contas representativas das aplicações de recursos em bens e direitos, inclusive das despesas pagas antecipadamente que constarem do ativo circulante, desde que tenha o prazo de realização superior a 12 meses.

Investimento

Compreendem as contas representativas das participações no capital de outras sociedades, participações essas que geram rendimentos para empresa, normalmente, em forma de dividendos, bem como aquelas contas representativas dos direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante ou no realizável a longo prazo e que não se destinem à manutenção da atividade principal da empresa, como, por exemplo, os investimentos em obras de arte, ou os bens que gerem receitas para a empresa, independentemente de suas atividades operacionais (imóveis de renda, aplicações em ouro etc.)

Imobilizado

Conforme a Lei nº 6.404/76, mediante seu art. 179, item IV diz que são as contas representativas dos recursos aplicados em bens corpóreos, destinado a manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a companhia os beneficiários, risco e controle desses bens. Pode ser subdividido como segue:

- **Operacional Corpóreo (Tangível)** composto pelas contas representativas dos recursos aplicados nos bens de uso da empresa. São bens materiais que a empresa usa no desenvolvimento das suas atividades operacionais normais, como os móveis e utensílios, os computadores, os veículos etc.

- **Objeto de Arrendamento Mercantil** composto pelas contas representativas dos bens que estão sendo utilizados pela empresa, mas que não são de sua propriedade. São os bens arrendados de terceiros, podendo ser adquiridos pela empresa no final do prazo de arrendamento.

- **Imobilizado em andamento (Bens para futura operação)** composto por contas

representativas dos recursos aplicados em construções ou aquisições em andamento. Representam bens que, a partir do momento em que se encontrarem concluídos ou em condições de operar, serão utilizados pela empresa no desenvolvimento de suas atividades operacionais normais.

Um aspecto muito importante a ser considerado no Ativo Imobilizado é à capacidade de esse ativo gerar benefícios econômicos futuros para a entidade. Ou seja, esse ativo não pode estar reconhecido no balanço por um valor superior ao seu valor recuperável. (Martins Eliseu).

A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangíveis será registrada periodicamente nas contas de:

- Depreciação, quando corresponder à perda do valor dos direitos que põr objeto bens físicos sujeitos a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

- Amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercícios de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

- Exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente de sua exploração, de direitos cujo objeto seja recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.

Intangível

Conforme o art. 179 da Lei nº 6.404/76 são direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles representativos de fundo de comércio. O CPC 04 do seu item 89, diz que: “A contabilização de ativo intangível baseia-se na sua vida útil. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.”

Os ativos intangíveis com vida útil definida, porém sejam objeto de amortização periódica em resultado para reconhecimento de sua realização contábil, estão sujeitos, como todo e qualquer ativo, à avaliação do seu valor de recuperação, já os ativos intangíveis com vida útil indefinida requer que seja objeto de teste de impairment, no mínimo anualmente. Nas microempresas e empresas de pequeno porte com tributação no simples nacional, que é o foco deste trabalho, em relação aos ativos intangíveis ela tem um diferencial pois conforme o CPC técnico do PME, diz que todos os intangíveis

são amortizados independentemente se elas tiverem a classificação de vida útil definida ou não, enquanto que, com regra, nas demais entidades é baixada apenas por impairment (prejuízo).

Ativo Diferido

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 inciso V art. 179 da lei nº 6.404/76, foi revogada, convertida na Lei nº 11.941/09, afirmando que as sociedades de grande porte e as sociedades por ações não poderão mais reconhecer o grupo do ativo em seus balanços a partir do exercício social de 2008, a não ser que os saldos existentes que não possa ser alocado em outro grupo de contas, poderá permanecer classificado no ativo diferido até sua completa amortização.

Essa regra também é aplicada as empresas pequenas e médio porte, pois não existe esse grupo nas normas internacionais. Todas as contas que estão classificadas no realizável ao longo prazo ele terá que reajustar ao valor presente. De acordo com a Lei nº 11.638/07 art. 183 prevê em seu inciso VIII que: “Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeitos relevantes.”

2.1.2 PASSIVO

O passivo, conforme a Lei nº 6.404/76, são as contas que serão classificadas em dois grupos principais: Passivo circulante e Passivo não circulante. As contas representativas de obrigações (passivo exigível) devem ser classificadas observando-se a ordem decrescente do grau de exigibilidade dos elementos nelas registradas. Grau de exigibilidade representa o maior ou menor prazo em que a obrigação deve se pagar.

Define-se a diferença entre o passivo circulante e passivo não circulante pela Lei nº 6.404/76 art. 180, alterado pela Lei nº 11.941/09, onde estabelece que:

- As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, são classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior.

Passivo Circulante

No passivo circulante são classificadas as contas representativas das obrigações cujos vencimentos ocorram durante o exercício seguinte. Esse grupo

poderá conter subdivisões, de acordo com a natureza de cada obrigação, como por exemplo:

- Obrigações a fornecedores.
- Empréstimo e Financiamentos.
- Obrigações tributárias.
- Obrigações trabalhistas.
- Outras Obrigações
- Participações e Destinações do Lucro

Líquido.

O pronunciamento Técnico CPC 026, aprovado e tornado obrigatório, para as companhias abertas que também se estendem a empresas pequenas e médio porte, que o passivo deve ser classificado como circulante quando atender a qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.

Passivo não circulante

Nesse grupo podem figurar as mesmas contas representativas de obrigações classificados no Passivo Circulante, com seus respectivos subgrupos, porém vencíveis após o término do exercício social seguinte. Inclui-se, também no Passivo não circulante, um subgrupo próprio para as receitas diferidas, onde figurarão também, como redutoras, as contas representativas das despesas ou custos correspondentes as respectivas receitas recebidas antecipadamente. Esse grupo poderá conter subdivisões, de acordo com a natureza de cada obrigação, como por exemplo:

- Emissão de debêntures e outros títulos de dívidas.
- Empréstimo e Financiamentos.
- Retenções contratuais.
- Provisão para previdência complementar
- Outras Obrigações a longo prazo.

O valor presente ele é usado tanto no ativo quanto no passivo de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 – ajuste a valor presente estabelece, em seu item 21, que:

- Os elementos integrantes do ativo e dos passivos decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeitos relevantes, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro

no tempo e os riscos específicos do ativo e dos passivos em suas datas originais.

2.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é a parte do Balanço Patrimonial que corresponde aos capitais próprios. São recursos derivados dos proprietários (titular, sócios ou acionistas) ou da gestão normal do patrimônio (lucros apurados). No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil pertencente aos sócios. Com base na Lei nº 6.404/76, com redação modificada pela Lei nº 11.941/09, o patrimônio líquido é dividido em:

- **Capital Social:** são os valores que os sócios aplicaram na empresa, ou pela empresa gerada e que foram alocados ao capital, onde são os lucros que os sócios renunciaram e incorporaram como capital.

- **Reserva de capital:** são representados por valores recebidos que não transitaram pelo resultado como receitas.

- **Ajuste de Avaliação Patrimonial:** são valores que representam as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

- **Reserva de Lucro:** são valores meramente representados pelos os lucros obtidos pela empresa, retidos com finalidade específica.

- **Ações em tesouraria:** representam as ações da companhia que são adquiridas pela própria sociedade.

- **Prejuízos acumulado:** são valores que representam resultados negativos gerados pela entidade à espera de absorção futura.

De acordo com Martins Eliseu as sociedades que não sejam por ações, podem existir lucros retidos ainda não destinados a reservas ou à distribuição aos sócios. Nesse caso podem ficar sob a rubrica de Lucros Acumulados e nas microempresas e Empresas de Pequeno porte não haverá a conta Ações em tesourarias.

2.1.4 CONTAS REDUTORAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Todas as contas precedidas de sinal negativo (-), elas são denominadas contas Redutoras do Balanço. Os valores figuram entre parênteses, os quais indicam que esses valores são negativos no respectivo grupo.

- Contas Redutoras do Ativo

São contas de natureza credora, por força da Lei 6.404/76 e em decorrência da aplicação do princípio da prudência, devem figurar no Balanço Patrimonial, do lado do Ativo, como redutoras das contas com base nas quais elas foram originadas.

(-) **Duplicatas Descontadas** – figura no ativo Circulante, no subgrupo dos direitos a receber de clientes. Quando a empresa desconta títulos de sua emissão, ela transfere a posse e a propriedade desses títulos à instituição financeira que os descontou. Trata-se de um adiantamento que a I.F faz a empresa. Recebendo como garantia títulos de sua emissão.

(-) **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** – Figura também no Ativo circulante, subgrupo Clientes como retificadora do saldo das Duplicatas a receber, pois embora não corresponda a obrigação da empresa sobre duplicatas, pois representa uma previsão de perda que provavelmente ocorrerá no exercício seguinte, com base em perdas já ocorridas em exercício anteriores.

(-) **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** – Figura também no Ativo circulante, subgrupo Clientes como retificadora do saldo das Duplicatas a receber, pois embora não corresponda a obrigação da empresa sobre duplicatas, pois representa uma previsão de perda que provavelmente ocorrerá no exercício seguinte, com base em perdas já ocorridas em exercício anteriores.

(-) **Depreciação Acumulada** – Figura no imobilizado, como redutora das contas representativas dos bens de uso.

- Contas Redutoras do Passivo

São contas de natureza devedora, pelas mesmas razões já explicitadas em relação às redutoras do Ativo, devem figurar do lado do Passivo.

Embora possam aparecer em todo o Passivo, mas comuns às redutoras do Patrimônio Líquido.

(-) **Capita a realizar** – figura no PL como redutora da conta que registra o capital social. Referem-se à parcela do capital ainda não integralizado pelos proprietários, permitindo, no entanto, que o valor do capital, somado ao patrimônio, reflita adequadamente somente o montante que ingressou na empresa.

(-) **Prejuízos Acumulados** – figura no grupo do PL, como redutora de todo o grupo do Patrimônio Líquido. Trata-se de prejuízos apurados e ainda não compensados.

(-) **Ações em Tesouraria** – figura no grupo do PL. Corresponde a ações representativas do Capital da própria empresa, adquiridas por ela mesma. Não sendo comum encontrar esta conta no Balanço Patrimonial das Microempresas e Empresas

de pequeno porte, por elas não recomprarem as ações que estão no mercado da sua própria empresa.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

As demonstrações do Resultado do Exercício é um relatório destinado a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operação da empresa. Essa demonstração, observando o princípio da competência, evidenciará a formação dos vários níveis de resultados, mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas. (NBC T 3.3) A DRE, portanto, é uma demonstração contábil que evidencia o resultado econômico, isto é, o lucro ou prejuízo apurado pela empresa no desenvolvimento das suas atividades durante um determinado período que geralmente é igual a um ano.

A DRE é composta por contas de resultado e também por contas patrimoniais. As contas de resultado que integram a DRE são toas aquelas que representam as despesas e os custos incorridos, bem como as receitas realizadas em um determinado período. As contas patrimoniais que integram a Demonstração do Resultado do Exercício são aquelas representativas das deduções e das participações do resultado.

CONCLUSÃO

As informações oriundas das demonstrações contábeis auxiliam os fornecedores de capitais próprios e de terceiros a tomar as melhores decisões, norteando o rumo em que os mesmos devem seguir para uma boa gestão, o que resulta no funcionamento mais eficiente para empresa, sendo que se forem registrados os fatos contábeis de maneira tempestiva e integra podem reduzir custos, pois nada adiantaria se a entidade tivesse um balanço bem elaborado, mas não o socorresse os usuários da informação no momento que os mesmos necessitassem utilizá-las para um determinado fim.

As demonstrações contábeis tem uma gama de vantagens, sendo a primordial trazer benefícios de melhoria para parte da administração a fim de tomar decisões ou comparar o crescimento que a mesma vem adquirindo com o longo das atividades da empresa, pois as informações financeiras servem como base sólida para que os usuários decidam onde querem chegar, quais os pontos que precisam ser melhorados para atingir determinado objetivo, quais as despesas fixas que precisam ser reduzidas para que o ponto de equilíbrio diminua, sendo todas essas

informações retiradas das demonstrações contábeis, relevantes para análise da entidade.

As informações geradas podem determinar o rumo das entidades, sendo, por isto, de suma importância para as mesmas. Agregasse a este fato a necessidade de se conhecer o ciclo de vida da empresa da qual se procederá às demonstrações contábeis, e os meios que eles justificam os reconhecimentos de suas receitas e despesas que ocorrem no dia-a-dia.

O estudo de caso pôde contribuir melhor para este trabalho, pois foi acompanhado cada processo, desde a escrituração contábil até os seu livro diário e razão, não sendo possível chegar ao acompanhamento da finalização do Balanço Patrimonial por não concluir o ciclo operacional da empresa. Portanto a prática nos ensina melhor e além de dá outra visão como proceder-se na gestão de uma empresa, ficando esclarecido para o usuário da informação ao

Administrador da empresa ao qual toma às decisões pertinentes as mesmas, tendo como base o aprendizado que teve durante o acompanhamento de todo o processo contábil, mudando também a forma de escriturar as suas ocorrências do dia-a-dia, mudando todos os procedimentos que utilizava, antes usava uma papel comum, até mesmo escrevia as anotações que acontecia diariamente no anverso de seus panfletos que usava para divulgação da entidade, e assim mandava para contabilidade, comprovando não ter nenhum interesse em suas demonstrações contábeis, acabando não sendo fidedignas e nem relevantes às demonstrações da empresa, desobedecendo todas as características qualitativas da contabilidade, tais quais:

Compreensibilidade por não ter conhecimento razoável, e omitindo as informações relevantes, Confiabilidade por as informações não serem confiáveis, até mesmo porque não tinha um registro válido por parte da administração, anotando de qualquer forma, Integridade, pois as informações não eram completas, simplesmente anotavam os valores Monetários da entrada das vendas e a saída de todas as despesas, sem ao menos especificar, chegando ao ponto de nem registrar seus imobilizados que comprava, caracterizando como despesa e saída de caixa, Comparabilidade, por não ter base suficiente ao ponto de comparar o crescimento a fim de identificar as tendências financeira, e Tempestiva por não escriturar as ocorrências dos fatos contábeis no tempo hábil de forma que as demonstrações contábeis não influenciavam nas decisões econômicas do usuário, ou seja, se as informações fossem tempestivas iriam oferecer dados dentro do tempo de execução para a tomada de decisão.

De acordo com os nossos objetivos específico foram sanados os problemas que encontrava na empresa

PORQUINHO GÁS LTDA, ajudando-o na Administração para as tomadas de decisões, implantando novo método de sistema de escriturar as ocorrências do dia-a-dia, solucionando controversas que havia na gestão da empresa, servindo como base as demonstrações contábeis para auxiliar nas decisões pertinentes à área financeira e econômica da entidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil Brasileiro, art. 26. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. Simples Nacional - Perguntas Frequentes. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Perguntas/Perguntas.aspx>. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 139, de 10 de novembro de 2011. Altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/1123.htm. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações (Lei das S.A.). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404.htm. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos fiscais, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, à apuração do lucro real, presumido ou arbitrado e ao cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 4 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/449.htm. Acesso em: 23 out. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível. Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC/CPC_04.pdf. Acesso em: 23 out. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC/CPC_12.pdf. Acesso em: 23 out. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 026 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC/CPC_026.pdf. Acesso em: 23 out. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico CPC PME – Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC/CPC_PME.pdf. Acesso em: 23 out. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC 1.1.115/07 – NBC T 19.13. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2007/00111115. Acesso em: 23 out. 2012.

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Emanuel. Manual de Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral Fácil. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANEXO A – Relatório Razão

Sistema de Informação Entprising - CONTÁBIL

Arquivos Consultas Relatórios Utilitários Janelas Ajuda

ent@prising®

Relatório Razão

Parâmetros do Relatório

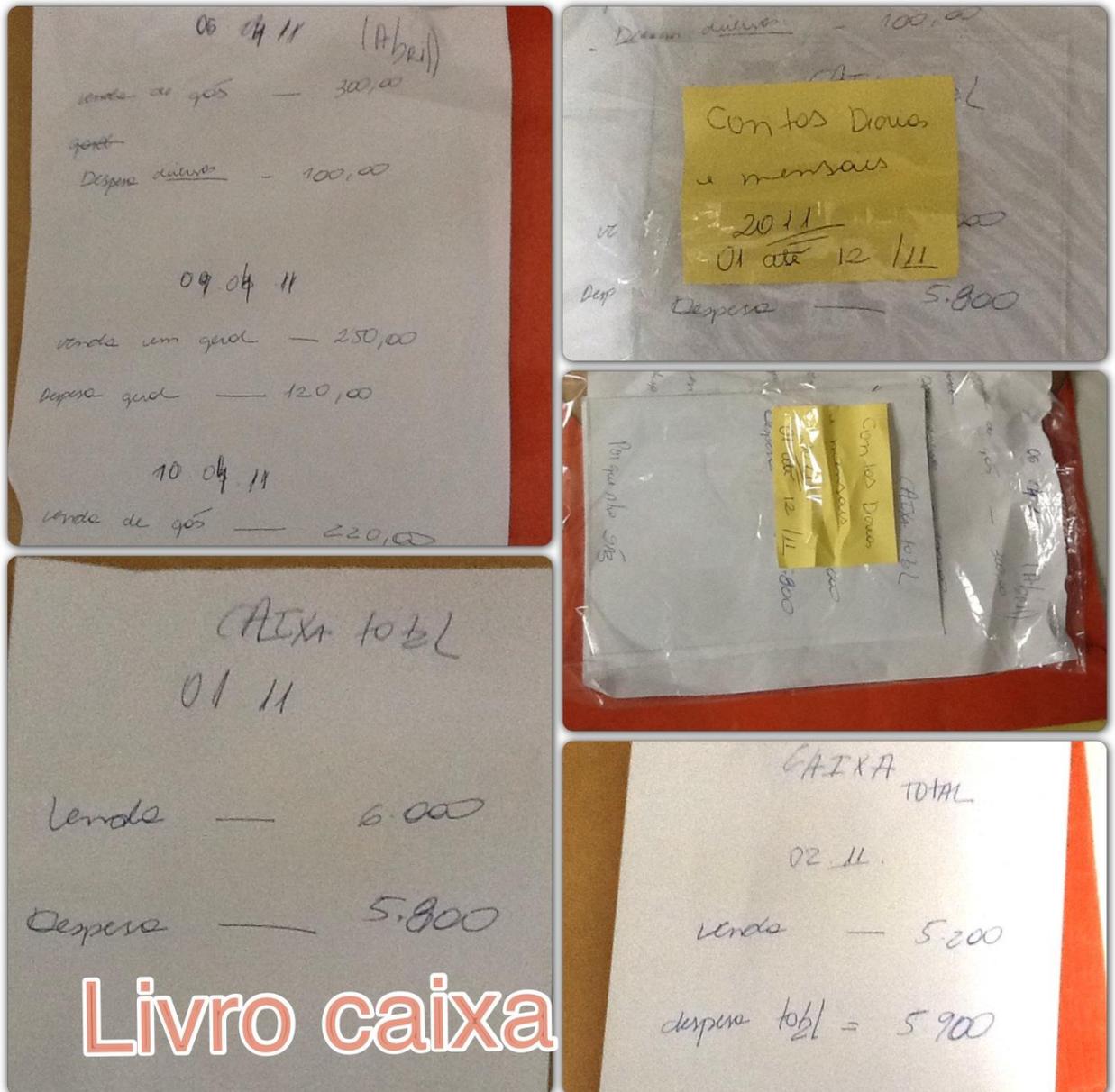
1 of 1+ 100% Total 40 100% 40 of 40

Módulo: SIE - Contabilidade Razão Contábil Página: 0
Empresa: Gilce Ganzert Ruiz 02/06/2002 09:16:33

Data	Lote	Seq.	Centro	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
					Saldo Inicial:		1.350,00
30/11/2001	NOV01		1 01	Saldo Inicial	20.000,00	0,00	21.350,00
31/12/2001	DEZ01		3 01	Vlr Ref. Capital social homologado	5.000,00	0,00	26.350,00
				Resumo:	25.000,00	0,00	26.350,00
					Saldo Inicial:		35.825,65
30/11/2001	NOV01		2 01	Saldo Inicial	10.000,00	0,00	45.825,65
31/12/2001	DEZ01		2 01	Vlr Ref. Adiantamento de Clientes	10.000,00	0,00	55.825,65
31/12/2001	DEZ01		5 01	Vlr Ref. Pagamento de salários Abx/02	0.000,00	0,00	63.825,65
31/12/2001	DEZ01		14 01	Vlr Ref. Recobimento de venda de serviço no mês	25.000,00	0,00	88.825,65
31/12/2001	DEZ01		18 01	Vlr Ref. Pagamento parcela de veículo adquirido no mês	0,00	4.000,00	84.825,65
				Resumo:	55.000,00	4.000,00	84.825,65
					Saldo Inicial:		150.458,35

Sentax ADM 700 / 001 - Gilce 02/06/2002 09:17:13

ANEXO B – DEMONSTRATIVO DO ANTIGO CAIXA - PORQUINHO GÁS



ANEXO C – Livro Caixa “ATUAL” - PORQUINHO GÁS

PORQUINHO GÁS LTDA

CNPJ:12.872.449/0001-29

MÊS / ANO 03/2012		SALDO	
Livro Caixa			
SALDO MÊS ANTERIOR 02/2012 R\$2.352.00			
DATA	HISTÓRICO	Entradas (+)	Saídas (-)
01/03/2012	Venda de botijão de gás (30)	1.,050,00	
01/03/2012	Despesa com gasolina		30,00
-	TOTAL	1.020,00	
02/03/2012	Venda de gás (22) e água (12)	842,00	
02/03/2012	Material de expediente		62,00
02/03/2012	Despesa com gasolina		22,00
-	TOTAL	758,00	
03//03/2012	Venda gás (16)	560	-
03/03/2012	Despesa gasolina		15,00
-	TOTAL	545,00	-
04/03/2012	Venda de Gás (23)	805,00	
04/03/2012	Pagamento funcionário		2.100,00
04/03/2012	Pagamento com impostos trabalhistas		336,00
-	TOTAL		1.631,00

ANEXO D – CNPJ – PORQUINHO GÁS

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.872.449/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 26/10/2010
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL PORQUINHO GAS LTDA - ME
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PORQUINHO GAS
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

LOGRADOURO R 05 QUADRA	NÚMERO 24	COMPLEMENTO LOTE 01 CASA 02
----------------------------------	---------------------	---------------------------------------

CEP 72.870-315	BAIRRO/DISTRITO MORADA NOBRE	MUNICÍPIO VALPARAISO DE GOIAS	UF GO
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/10/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

ANEXO E - Optante pelo SIMPLES NACIONAL- PORQUINHO GÁS



Consulta Optantes

Identificação do Contribuinte

CNPJ : **12.872.449/0001-29**
Nome Empresarial : **PORQUINHO GAS LTDA - ME**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 26/10/2010**

ANEXO E EMPRESA PORQUINHO GÁS




PORQUINHO GÁS

SOB NOVA DIREÇÃO

TEMOS ÁGUA E GÁS
ENTREGAMOS EM DOMICÍLIO

3627-2888
9195-3932

(61)

Compre nos cartões sem sair de casa,
levamos a máquina até você.

REDE SHOP VISA Mastercard VISA Diners Club

RUA 10 QUADRA 24 LOTE 01 LOJA 01 MORADA NOBRE - VALPARAÍSO - GO

